



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638527 - PE (2021/0001038-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : **DANIELLA GARCIA MONTEIRO**
ADVOGADO : **DANIELLA GARCIA MONTEIRO - PE032756**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
PACIENTE : **HUGO JOSE SANTOS PEREIRA LIMA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUGO JOSE SANTOS PEREIRA LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0000861-40.2020.8.17.0000).

O paciente responde em liberdade a processo que apura o suposto cometimento de "furto mediante fraude em concurso de agentes e associação criminosa, tendo como vítimas o banco HSBC e vários de seus correntistas" (fl. 203).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto o excesso de prazo na conclusão da investigação, cabendo o arquivamento do inquérito, pois "permanece sem previsão de conclusão, em que pese já ultrapassados, hoje, quase 5 (cinco) anos de duração" (fl. 9).

Requer, liminarmente, a suspensão de indiciamento do paciente até julgamento do presente. No mérito, a concessão da ordem para "trancamento do IPL 01.002.006.00093/2016.1.3 (Processo n. 12776-25.2016.8.17.0001), dada a existência de irrazoável e injustificável excesso de prazo para oferecimento de denúncia" (fl. 14)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do *habeas corpus* é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver

inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 12/11/2020), o que torna a liminar em sede de plantão momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo na conclusão do inquérito.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente